

“Estátua da mulher cobra”: reinterpretando o memorial da Primeira Guerra Mundial na cidade de Maputo

Anézia Asse

Conferência: Desafios da investigação social e económica em tempos de crise, organizada pelo IESE.

Anézia Asse, Arqueóloga e Gestora do Património Cultural Terrestre e Subaquático.

Maputo, 19-21 de Setembro de 2017

Introdução

Sou Guilherme Machava, de 85 anos de idade, sou polidor e guarda de carros. Desde o ano de 1976, ano em que este lugar foi nomeado praça dos trabalhadores, sou um dos trabalhadores mais antigos desta praça. Por isso te conto com certeza a verdadeira estória desta estátua. Esta estátua foi construída em homenagem a uma mulher que conseguiu matar uma cobra venenosa que atormentava a população. Aqui antes de ser cidade era mato, e havia uma cobra venenosa que matava as pessoas que por aqui passavam. Muitos homens tentaram matar a cobra, mas não conseguiram. Uma mulher sozinha pensou, cozeu papa numa panela de barro, com a panela ainda quente a mulher foi atrás da cobra. Ao ver a mulher, a cobra com raiva saltou de cabeça para picar a mulher, acabando por entrar na panela onde morreu queimada (Guilherme Machava 24/08/2017).

No centro da Praça dos Trabalhadores na baixa da cidade de Maputo, em frente a estação central dos Caminhos-de-Ferro, está situado um memorial em homenagem aos europeus e

africanos da Primeira Guerra Mundial. Junto ao memorial estão sentados os polidores de viaturas e outros trabalhadores com os seus respectivos equipamentos de trabalho. Para estes trabalhadores deste Praça e demais residentes da cidade de Maputo, o memorial da Primeira Guerra Mundial foi, como diz o senhor Guilherme Machava, erguido em homenagem a mulher que matou a cobra.

O período a seguir a independência, foi marcado por um processo de construção de identidade local, era a vez dos próprios africanos escreverem a sua história (Couto 1999). Assiste-se, portanto, ao processo de retirada dos memoriais erguidos pelos colonos e a construção de novas memórias. Em Moçambique, a retirada dos memoriais em espaços urbanos excepto o memorial da primeira guerra mundial foi marcado pela substituição por monumentos que marcam o orgulho da vitória dos moçambicanos (Verheij 2012). A excepção dos demais o memorial da primeira guerra mundial permanece no mesmo local, contudo, mudando totalmente a narrativa da sua construção. Na memória colectiva está a história da mulher cobra, facto que leva aos trabalhadores da praça dos trabalhadores a adopção de novas práticas: local para jogo de cartas, estendal de tapetes e guarda-roupa junto do memorial.

Este estudo baseia-se na análise documental sobre o processo de patrimonialização no contexto da evolução da cidade de Maputo bem como na observação directa acompanhada de entrevistas. A análise da narrativa oficial sobre a construção do memorial e história oral associada também à memorial procura ilustrar os contornos e nuances do processo de patrimonialização sob a perspectiva dos diferentes grupos sociais no Moçambique pós-colonial. O argumento é de que os memoriais de guerra não podem ser vistos somente como meros marcos das representações da história em espaços públicos que servem somente para contar a história ou celebrar um determinado evento, mas como parte do processo criação da história e apropriação com vista a construção identitária. A análise do memorial é um meio de compreender estratégias de descolonização adaptadas um contexto político e posteriormente empregadas como sistemas de discursos de identidade e orgulho nacional.

‘Património colonial’ e descolonização das paisagens históricas urbanas em África

A análise sobre os processos de memorialização e reinterpretação do memorial da Primeira Guerra Mundial na cidade de Maputo, enquadra-se na problemática sobre o ‘património colonial’ e descolonização das paisagens históricas urbanas em África. A análise destes

processos requer uma abordagem crítica sobre os discursos oficiais referentes ao património cultural incluindo as noções de monumento ou memorial. Estes constituem os principais pontos de discussão nesta secção.

Na maioria dos países africanos, a transição para a era pós-independência foi marcada por uma busca orientada ideologicamente pelo ideal da auto-representação. Havia uma rejeição geral dos discursos coloniais dominantes, muitas vezes acompanhados pela destruição, remoção ou deflagração do património colonial (Marschall 2008: 350). A luta de libertação nacional tornou-se o principal "mito de criação" das novas nações. As novas lideranças políticas promoveram a remoção física dos marcos mais óbvios da presença colonial nos espaços públicos. Os monumentos foram desmantelados e abandonados em instalações de armazenamento e outros foram enviados de volta para as antigas metrópoles. Além disso, espaços públicos, estradas e bairros inteiros, foram renomeados para construir uma nova paisagem simbólica (Marschall 2010).

Por exemplo, na Argélia, os oito anos de uma dolorosa luta de libertação (1954-1962) deixaram um profundo ressentimento em relação à antiga presença colonial, levando à rápida eliminação de monumentos comemorando heróis franceses. As autoridades francesas resgataram grande parte das antigas estatuetas em 1962, transportando dezenas de memoriais de volta para a França. Os monumentos não transportados foram despojados e realocados para outros fins. Um desses monumentos, o conjunto de estatuas neoclássicas construídas em Argel em 1928 para homenagear as vítimas da Primeira Guerra Mundial, não tendo sido removido, foi simplesmente coberto de argamassa após independência e radicalmente remodelado para um monumento de "estilo soviético" passando a ser dedicado às vítimas da Revolução da Argélia (Aldrich 2012: 3). Esta destruição impregnada de simbolismo reflectiam um profundo desejo das jovens nações africanas de libertar os espaços públicos e transformar as paisagens históricas urbanas em novos lugares de memória (Noire 1999) para a celebração das figuras e eventos que fossem de acordo com as novas narrativas nacionalistas pós-coloniais (Marschall 2010a; Aldrich 2012).

No entanto, em muitas ex-colónias, o processo de descolonização dos espaços públicos assumiu uma abordagem mais ténue e às vezes ambivalentes. Para os antigos movimentos de libertação nacional, alguns ainda no poder, a construção da nação foi concebida como um objetivo a longo prazo. Muito mais imediato foi o desejo de construir o Estado e consolidar a autoridade do governo central herdado do regime colonial (Elaigwu e Mazrui 2010: 535).

Assim, os projetos nacionais liderados pelo estado foram muitas vezes projetados para funcionar como ferramentas para "reformatar as memórias coletivas dos cidadãos para atender às exigências dos novos líderes, assim como as autoridades coloniais investiram na transformação das mentes dos 'indígenas'" (Elleh 2002: 162). O resultado desses projetos de construção do Estado pós-colonial resultou na tendência do Estado para se monumentalizar e, ironicamente, acabou adotando os mesmos padrões e concepções sobre patrimônio e memorialização (tais como a linguagem heróica, o foco nacionalista, imagens imponentes e a grandeza das construções usadas no Ocidente) para celebração da libertação do jugo colonial (Aldrich 2012: 4).

Conseqüentemente, estes padrões de memorialização em espaços públicos no período pós-colonial, constitui um elemento ilustrativo da falta de descolonização das paisagens históricas urbanas (Sèbe 2014: 947). Por exemplo, vinte e um anos após a África do Sul se tornar uma democracia multiracial, a estátua de Cecil John Rhodes ainda estava no centro do passos de Jameson Hall no campus da Universidade de Cape Town, tendo sido apenas derrubada no dia 9 de Abril de 2015, depois de semanas de protesto, na maioria dos estudantes negros, no âmbito da campanha "*Rhodes Must Fall*" (Jopela 2017:134). Este constitui um dos exemplos do inacabado processo de descolonização e transformação das paisagens patrimoniais na África do Sul, processo que tem ressonâncias com outras partes do continente africano.

Desde o advento do colonialismo em África, o discurso oficial sobre o que constitui patrimônio foi definido e institucionalizado através de instrumentos legais (Ndoro e Pwiti, 1999). A legislação do patrimônio passou a determinar a "regulação dos poderes, o que deve ser protegido e como" (Ndoro et al., 2008: 34). Na maioria dos países africanos, a independência não resultou na revogação do sistema colonial de proteção patrimonial. Em vez disso, as leis coloniais persistiram ou foram atualizadas e aplicadas por muitos anos (Négre 2005). Por exemplo, o Zimbábue, apesar de sua longa e dolorosa luta de libertação, um ano depois de ter alcançado a independência em 1980, adotou legislação (*the National Museums and Monuments of Zimbabwe Act chapter 313*), que é uma cópia autêntica da Lei colonial *National Museums and Monuments of Rhodesia Act*, capítulo 313 de 1972, alterando apenas o nome 'Rhodesia' para 'Zimbábue'. A Lei de 1972 não foi revogada no pós-independência (Chiwaura 2005: 19). Como observou Ndoro (2008: 34), em muitos instrumentos legais em África, as definições de patrimônio cultural e caracterizada por uma orientação Ocidental, muitas vezes muito prescritivas (por exemplo, categorizando patrimônio imóvel sob três áreas principais: antiguidades, monumentos antigos e relíquias). Frequentemente eles não conseguem

acomodar aspectos importantes, como património imaterial ou paisagens culturais. Uma das exceções no subcontinente Africano e o caso de Moçambique onde desde 1988 o património cultural é definido como sendo "um conjunto de bens tangíveis e intangíveis criados ou incorporados pelo povo moçambicano ao longo da história, relevantes para a definição da identidade cultural moçambicana" (Artigo 3 da Lei n.º 10/88).

Contudo, a definição do património usada em Moçambique, compartilhada por muitos países em África, segue a concepção generalizada de património como herança apresentada pela UNESCO, definida como sendo "o nosso legado do passado, algo com que vivemos hoje e o que transmitimos para as gerações futuras" (<http://whc.unesco.org/en/about/>). No entanto, as definições convencionais de património que dão primazia a cultura material simplesmente não podem explicar a variedade e a contradição evidentes na forma como diferentes atores sociais (ou seja, residentes locais, funcionários do Estado, entre outros) "usam e abusam do património no dia a dia". A concepção comum de património como 'herança' torna "obscura as relações de poder que determinam o que é canonizado como património" (Smith 2006: 17). De fato, há já algum tempo que se estabeleceu que o património não é simplesmente o legado do passado, como é tantas vezes implícito.

O património é também algo criado e em constante mudança de acordo com as necessidades atuais e estratégias dos vários grupos sociais. Por conseguinte, o património é o processo em que "o presente seleciona uma herança de um passado imaginado para uso atual e decide o que deve ser transmitido para um futuro imaginado" (Tunbridge e Ashworth 1996: 6). Como Smith (2006:44) sugere, o património é um processo cultural que se envolve com actos de lembrança, para criar formas de compreender e se envolver com o presente, e os próprios sítios são ferramentas culturais que podem facilitar, mas não são necessariamente vital para este processo". Portanto, não há uma acção ou um momento decisivo denominado património, mas sim uma "variedade de atividades que incluem lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias, afirmar e expressar identidade e valores e significados sociais e culturais" (Smith 2006: 83).

Esta definição de património como um processo cultural enfatiza o poder e agência e amplia a compreensão conceitual do património, realçando o trabalho cultural e político que o património executa em qualquer sociedade (Smith 2006: 19). A compreensão do património como prática cultural nos leva à necessidade de levar os actores sociais e as dinâmicas que constituem o processo patrimonial como fundamentais em qualquer reflexão sobre património

(Lafrenz Samuels 2010). Por essa razão, o património tem sido cada vez mais reconhecido como sendo construído discursivamente, abrangendo práticas discursivas (Smith 2006; Waterton et al., 2006). Uma abordagem discursiva dos estudos patrimoniais é particularmente útil no estudo de processos patrimoniais em Moçambique pois permite-nos investigar diferentes formas de representações do património, bem como as maneiras pelas quais diferentes interesses e ideologias de grupo constroem narrativas para refazer a herança de forma a forjar, manter relações de poder.

O termo monumento é muitas das vezes associado a um edifício histórico oficialmente declarado pela legislação e aos marcos comemorativos oficialmente erguidos e ainda a sítios pré-históricos. Outros marcos comemorativos são designados memoriais, causando muitas vezes confusão na sua distinção. Embora numa fronteira próxima, o que distingue um monumento do memorial o termo adoptado nesta comunicação é que enquanto os monumentos são lugares onde se enaltece os heróis e seus triunfos, vitórias e conquistas como parte da vida presente os memoriais serão especialmente os lugares reservados a honrar os que morrem em benefício de uma maioria. Assim a comunicação usa o termo memorial para analisar (Marshall 2009:10).

Contexto e produção oficial do memorial da primeira guerra mundial na cidade de Maputo

A produção do memorial da primeira guerra mundial em Maputo é facilmente compreendida dentro da ocupação e do desenvolvimento da então cidade de Lourenço Marques. Antes da sua descoberta por Lourenço Marques em 1544 a cidade era conhecida como Baía da lagoa (Oliveira 1965). Lourenço Marques foi sucessivamente ocupada a partir de 1781 por franceses, ingleses e holandeses, facto que obrigou a ocupação efectiva por Portugal caso não quisesse perder o território definitivamente (Oliveira 1965).

A Localização de Lourenço Marques, numa baía de fácil acesso em qualquer época do ano e a localização estratégica de entrada ao território sul-africano ditaram o importante papel que o porto de Lourenço Marques viria a desempenhar (Oliveira 1965; Cabral 1999). Por outro lado, a descoberta do ouro em Lidemburgo em 1873, a proclamação da sentença de Mac-Mahon em 1875 que reconhece a soberania portuguesa sobre Lourenço Marques contra as pretensões da Inglaterra, a anexação do Transvaal em 1877 e a delimitação das fronteiras desta região na conferência de Berlim em 1885 contribuíram para que em 1887 Lourenço

Marques fosse elevada a categoria de cidade e em 1898 a capital da província ultramarina de Moçambique (Cabral 1999).

Ainda em 1887, surge o primeiro plano de urbanização da cidade, que procurava a modernização do território moçambicano, através duma política de obras públicas ao nível das infraestruturas. As infraestruturas eram baseadas na engenharia militar influenciado pelos planos de desenvolvimento urbano que surgiram em Lisboa e Ressano Garcia. Estas procuravam dar resposta às situações desenvolvimentistas criadas pela revolução industrial, tendo resultado em alterações urbanísticas relevantes como a colocação de uma escala maior de intervenção e de traçado geral, uma geometria ortogonal mais assumida e o surgimento de novos elementos urbanos como os parques e jardins (Melo 2013). Contudo, a recém cidade capital ultramarina portuguesa de Lourenço Marques é ainda uma cidade monótona, sem memória, sem praças públicas com memoriais. Ainda é uma cidade com forte influência britânica, africana e indiana. Estes factores que colocam Lourenço Marques distante da “pátria mãe” impõe no contexto político da nacionalização a necessidade de aporuguesar a cidade (Verheij 2012).

Neste contexto urbano, político que é erguido dois dos mais importantes memoriais que visavam consolidar a urbanidade da cidade, reestruturar e monumentalizar os espaços públicos e neles representar a nação e o império. Estes destacam-se pela sua importância e carácter exemplar: o Padrão de Guerra, memorial comemorativo da Primeira Guerra Mundial e em memória ao herói da última década do século XIX, Mouzinho de Albuquerque. À volta destes desenvolve-se um largo leque de práticas comemorativas e celebrativas. Tais práticas postulam-nos como “alegoria da nação portuguesa”, desempenhando assim um importante papel político na reformulação autoritária do espaço público da cidade como espaço imperial (Verheij 2012).

O memorial comemorativo da participação de Portugal na guerra de 1914-1918, obra do escultor Rui Roque Gameiro e do arquiteto Veloso Reis (Verheij 2012). Esculpido em pedra cabris mede 14,30 metros de altura, sobre o pedestal ergue-se a figura da pátria, sustentando na destra as quinas e à esquerda o montante. Ao seu lado, uma serpente que simboliza o valor científico das grandes navegações portuguesas. Nas faces do pedestal quatro relevos decorativos evocando Mecula, Quivanbo, Navala e Quionga. Na face frontal uma inscrição votiva: aos seus combatentes europeus e africanos da grande guerra Portugal. (Moçambique Documentário Trimestral 1935: 137).

A implementação do memorial do padrão de guerra foi descrita por Moçambique Documentário Trimestral (1935:138) como símbolo de orgulho:

O direito e a glória de génio de e de audácia que pelo esforço persistente e secular integrou definitivamente na pátria portuguesa. Feito de pedra arrancada do solo de Portugal, trabalhado de pelos operários e artistas de Portugal, este padrão fica no solo de Moçambique duplamente: como como consagração de Portugal na história da colonização ena história da civilização mundial 90.

O memorial inaugurado constituiu o primeiro grande monumento erguido durante o novo estado. Foi erguido na praça Mac-Mahon, actual praça dos trabalhadores pois era a única praça que oferecia um enquadramento ideal pela presença do edifício da estação central dos Caminhos-de-ferro, representativa do estatuto de grandeza previamente desejada para a cidade (Verheij 2012).

O uso e representação em torno do memorial permaneceu como local de culto da memória colectiva de Portugal até ao fim do colonialismo em Moçambique. O período a seguir à independência é marcado pela remoção e destruição da memória presença portuguesa. Todos os monumentos coloniais, foram removidos dos seus lugares originais, excepto o monumento padrão de Guerra. A remoção e recolocação de novos monumentos é resultado do processo de descolonização apresentado pelo governo moçambicano. Portanto a partir de 1990 é inaugurada o monumento de Samora Moisés Machel em frente ao jardim Tunduro, também na baixa da cidade de Maputo. Assim pelos 25 anos depois da morte do presidente Samora Moisés Machel foi inaugurada um monumento na praça da Independência em Maputo (Verheij 2014).

“Estátua da mulher cobra”: Narrativas e práticas correntes associadas ao memorial da Primeira Guerra Mundial

Segundo o senhor Guilherme Machava a actual praça dos trabalhadores veio transferida no ano de 1976. A praça por ser dos trabalhadores congrega os mais variados trabalhadores oriundos de diversos cantos da província de Maputo. As mulheres são as primeiras a chegarem a praça, ficam sentadas nos degraus do memorial até aos primeiros raios de sol. De seguida elas seguem para os seus postos de trabalho. Depois é a vez dos homens, estes trazem consigo pastas contendo mudas de roupa. As pastas são colocadas entre o pedestal

do memorial. Sendo diversos grupos de trabalhadores cada um espera a vez de ser chamado para trabalhar em áreas circundantes ao monumento até mesmo em áreas com mais de 20 quilómetros de distância.

Pela rotatividade dos grupos de trabalhadores no memorial as práticas associadas são desenvolvidas consoante as especificidades de cada actividade. Pode ser facilmente observado que para os polidores de carros o memorial é eficaz como estendal de tapetes. Contudo durante os intervalos de limpezas dos carros, os trabalhadores recorrem aos degraus para repousar. Aos trabalhadores que desempenham as suas actividades fora da área circundante ao memorial, o pedestal é usado para guardar a pasta, descansar e sobretudo jogar cartas para ajudar a passar o tempo, durante o período de espera pela próxima actividade.

De todos os entrevistados na praça dos trabalhadores e arredores são unânimes em dizer que o memorial foi construído em homenagem a mulher que matou a cobra com uma panela de barro cheia de papas quentes. O senhor Guilherme por exemplo diz que desde muito antes do ano de 1976. Segundo ainda Guilherme, os anos de 1914-18 são referentes aos anos em que os homens colonos portugueses e os moçambicanos travaram uma frustrada batalha para matar a cobra. As armas e das de representados pelos baixos relevos nas faces do memorial já conhecia a estória da mulher cobra. Um dos trabalhadores que preferiu não se identificar (24/082017) declarou que nos o memorial original, antes de ser alterada pelos portugueses, a figura da mulher no pedestal carregava na cabeça a panela de barro. Para ele a remoção das características originais da estátuas são testemunhas da superioridade dos colonos brancos sobre os feitos dos africanos negros ele termina a entrevista com a seguinte questão: você alguma vez ouviu falar de um negro na bíblia?

Ora, para António Lourenço, Jaimito jovens trabalhadores e Eusébio de 42 anos de idade apesar de desconhecerem os responsáveis pelas escritas com marcadores permanente, e foi adicionado argamassa sobre duas das letras referentes a descrição das batalhas nas faces do memorial é parte do descontentamento pela alteração da originalidade do memorial. Os comícios pelas comemorações do dia do trabalhador no dia primeiro de Maio são dirigidos pelo membros do governo no edifícios dos caminhos de ferro e nunca na praça, segundo o senhor Guilherme.

É primeiramente importante saber como nós lembramos e representamos a nossa história porque o presente é sempre num contexto que casualmente conectado a um evento do passado (Connerton 1989:2) daí que algumas histórias podem ser manipuladas pelas experiências das gerações mais jovens do presente influenciando assim o conhecimento e a percepção do passado (Marshall 2010:99), portanto uma das características chaves em todas as comemorações públicas é ressurgimento periódico e a constante actualização da memória e requerida adaptação feita no presente. Em alguns países como explica Koshar (2000: 289), a nacionalização é enraizada na integridade territorial, política e na tradição administrativa que é distribuída no sentido de cidadania. Em outros países a identidade nacional é baseada em raízes etno-culturais como é o caso da Polónia, Alemanha. Em outros casos a religião é um factor integrante por exemplo o Israel, em outros casos ainda a identidade é baseada na celebração da revolução, a exemplo da França e dos Estados Unidos.

Em Maputo o monumento de Mouzinho de Albuquerque é retirado os baixos-relevos do plinto o que metaforicamente sugere a queda do regime pela eliminação da distância que antes dava ao monumento a sua plausibilidade como imagem do regime. Dentro do processo de descolonização pela preferência do governo de transição os monumentos desmantelados foram na sua maioria colocadas no Museu de história militar, situado na Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição como futuros elementos de estudo da história da ocupação colonial (Verheij 2014). Portanto, em 1975, o memorial que enfastizava a contribuição africana na participação na guerra mundial constituía um problema para os projetos de nacionalização levadas a cabo pela FRELIMO. O problema era encontrar se um meio que pudesse remover o memorial construído pelos colonos portugueses, porque ao contrário do monumento ao Mouzinho de Albuquerque removido da praça da independência para a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, o memorial é contruído em pedra cabril, com 14,30 metros de altura.

No que concerne a sua remoção, segundo Cabaço então ministro dos transportes, em reunião com o então Presidente da República Samora Moisés Machel, seria necessário explodir o memorial com recurso a dinamite, o que iria também causar sérios danos aos edifícios à volta incluindo o edifício dos Caminhos de Ferro. A outra solução seria por muitos homens a pincelar para formar uma nova camada de novo material, mas seria como tentar remover uma montanha com recurso a uma colher. Pensando neste problema o presidente Machel imediatamente disse que o memorial poderia permanecer no local porque o memorial era o monumento para a integridade territorial moçambicana. A partir de reunião entre Cabaço e Machel o monumento permaneceu no local. Todos os outros monumentos e memoriais

construídos pelos colonos portugueses foram retirados com a excepção do memorial à primemira guerra mundial e o voortreker memorial ao Louis Tregardt (Morton, 29.11.1010).¹

A concepção sociocultural universal no mundo moderno é de todos podem, devem ter uma nacionalidade como ele ou ela tem um género (Anderson1983: 14). Ainda para Anderson a nacionalidade facilmente e inquestionavelmente incorporada como natural, as pessoas sentem um forte sentimento de pertença pela nação que em alguns casos estão dispostos a morrer por ela. Portanto as nações não são necessariamente baseadas em laços profundos historicamente compartilhados de valores e práticas culturais (língua, religião) mas artificialmente construídos, até inventados num contexto específico que são subsequentemente naturalizados e mistificados (Marshall 2010: 101). Anderson (1983) define nação como uma comunidade política imaginada implica que mecanismos são requeridos para manter a ideia de nação e inculcados no senso popular de pertença. Um dos mecanismos são os monumentos públicos, monumentos nacionais e muito especialmente cenotáfios² que incutem o senso de admiração e reverencia. A comemoração dos eventos e pessoas históricas considerada significativa para a nação, os monumentos promovem a nação partilhando laços históricos que coloca uma etapa para cerimonia publicas invocadas a ideia de uma comunidade imaginada e o desejo de pertença (Anderson 1983). Para este autor, o nacionalismo e uma forma de práticas religiosas que reúnem em memoriais nacionais e monumentos “santuários de uma nação”, que pode ser comparado com as peregrinações religiosas aos santuários como lugares de contemplação, onde a consciência é partilhada e a identidade incorporada. Hetherrington (1998) argumenta que há ligação entre a política, as questões de identidade e o modo de vida. A identidade é em parte a cerca do espaço, por exemplo identificação com espaços particular que actuam como lugares de para a manifestação identitária. Monumentos e memoriais são espaços onde pessoas são conectadas e engajadas a uma lembrança colectiva do passado, com objectivo de confirmação de identidade.

Considerações Finais

A presente comunicação pretendeu apresentar as narrativas conhecidas sobre o memorial da primeira guerra mundial na cidade de Maputo. O memorial foi erguido durante a presença colonial portuguesa em Moçambique, foi o marco de soberania da nova capital.

¹ Disponível em: <https://hoteluniverso.wordpress.com/2010/11/29/revolutionary-force-meets-immovable-object/>

² O termo Cenócito refere memoriais erguidos para homenagear pessoas, cujos restos mortais estão perdidos ou enterrados em outros locais. Disponível online em: The Encyclopedia of Ancient History <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781444338386.wbeah15075/abstract?systemMessage=Wiley+online+Library+will>.

No período logo a seguir à independência colonial, compreendeu uma série de transformações no espaço público como forma de moçambicanizar a cidade de Maputo. Muitos monumentos e memoriais coloniais foram removidos e substituídos com exceção dos memoriais a Luís Tregardt e da Primeira Guerra Mundial. O primeiro foi depois fechado o acesso ao público ficando no centro da praça dos trabalhadores o memorial da primeira guerra mundial. Uma vez este sendo de difícil remoção, apenas lhe foi removida a narrativa da sua construção e usado como fundamento de identidade territorial e fonte de nacionalismo moçambicano, criado e integrado na memória coletiva.

Referências

Aldrich, R. 2012. Commemorating colonialism in a pos colonial world. *E-rea: Revue électronique d'études sur le monde Anglophone* 10 (1): 1-16.

Anderson, B. 1983. *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Cabral, P. 1999. O retorno da Laurentina: a simbolização das relações étnicas no Moçambique colonial e pós colonial. *Novos cadernos*: 85-97.

Connerton, P. 1989. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.

Couto, M. 1999. *Vinte e Zinco*. Lisboa: Editorial Caminho.

Elaigwu, J. I. and Mazrui, A. A. 2010. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: Mazrui, A. A. and Wondji, C. (Eds.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*: 519-563. Brasília: UNESCO.

Elleh, N. 2002. *Architecture and Power in Africa*. London: Preager.

Hetherington, K. 1998 . *Expressions of identity: Sapce, performance, politics*. London: Sage Publications.

Hess, B. 2000. Imagining Architecture: The Structure of Nationalism in Accra, Ghana. *Africa Today* 47: 35-58.

Jopela, A. 2017. The politics of liberation heritage in postcolonial Southern Africa with special reference to Mozambique. Tese de Doutoramento. Johannesburg: Universidade de Witwatersrand.

Lei 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a Protecção Legal dos bens Materiais e Imateriais do Património Cultural Moçambicano, *Boletim da República* 8 (I).

Marschall, S. 2010. *Landscape of Memory: Commemorative Monuments, Memorials and Public Statuary in Post-apartheid South Africa*. Leiden and Boston: Brill.

Melo, V. 2013. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado presente e futuro. *Urbe. Revista Brasileira de gestão Urbana* 5: 71-88.

Ndoro, W. and Pwiti, G. 1999. The legacy of colonialism: perceptions of cultural heritage in Southern Africa with specific reference to Zimbabwe. *African Archaeological Review* 16 (3): 143–53.

Ndoro, W. and Pwiti, G. (Eds.). 2005. *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa*. Rome: ICCROM.

Ndoro, W., Mumma, A. and Abungu, G. (Eds.) 2008. *Cultural Heritage and the Law. Protecting Immovable Heritage in English Speaking Countries of Southern Africa*. Rome: ICCROM.

Oliveira, O. 1965. Breve notícia sobre a história da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques onde se encontra instalado o Museu histórico militar de Moçambique. *Separata do Boletim da sociedade de estudos de Moçambique* 35 Lourenço Marques.

Smith, L-J. 2006. *Uses of Heritage*. London: Routledge.

Tunbridge, J. E. and Ashworth, G. J. 1996. *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict*. Chichester: Wiley.

Verheij, G. 2012. Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. *On the w@terfront*: 11-54.

Verheij, G. 2014. Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatuária de Lourenço Marques. In: Torras, B. (Coord). *Actas do IV Congress de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Sessões simultâneas 2ed revista e aumentada. *Associação Portuguesa de historiadores da arte*.